



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 714/93

Dispõe sobre novo limite para abertura de créditos suplementares.

A Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais por seus vereadores, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 80%(oitenta por cento), além do já concedido no artigo 7º, letra A da Lei Municipal 689/92, de 28 de outubro de 1992.

Art. 2º - Para atender às despesas já estabelecidas na Lei Orçamentária, o chefe do Poder Executivo poderá:

- a) anular, parcial ou totalmente, dotações orçamentárias como recurso à abertura de créditos suplementares, valendo-se, também, para o mesmo fim, do excesso de arrecadação, se houver;
- b) fazer, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal, a transposição, remanejamento ou transferência de recursos, de uma categoria para outra, ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender alterações estruturais e/ou funcionais da Administração;
- c) o excesso de arrecadação verificado sobre o total da receita prevista neste orçamento, poderá, igualmente ser incorporado à receita estimada, pelas consignações em que se verificarem tais excessos, também como recurso à abertura de créditos suplementares, visando o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario, esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil Novecentos e noventa e três (15/12/1993).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA